

Globalização e Exclusão Social

João Cândido¹

Globalização

O termo globalização só pode adquirir um sentido correto para descrever a atual situação do capitalismo e do mercado, quando entendido como ponto culminante de um longo processo de mudanças estruturais que transformaram profundamente, num sentido não meramente quantitativo, o sistema social no seu conjunto.

O primeiro aspecto da globalização é a existência de um sistema financeiro internacional funcionando essencialmente fora do controle dos estados nacionais.

Para um melhor esclarecimento, faz-se necessário identificar qual o papel do sistema capitalista na gerência do Estado.

No sistema capitalista, o Estado é um garantidor das condições gerais necessárias ao processo de desenvolvimento que o capital individual não tem capacidade de suprir. O Estado produz as condições externas necessárias à acumulação. Esta é a preocupação central da política econômica em países capitalistas. Para que ele cumpra essa função, deve garantir também a sua própria legitimidade diante da população, através de uma política social que atenda aos interesses e às necessidades das amplas massas nacionais.

Com a crise do neoliberalismo² (isto nos países do 3º mundo, que tentam a todo custo se incorporarem à nova ordem de mercado), a política social é a primeira a ser questionada, pois no capitalismo, a política de apoio à acumulação não pode ser prejudicada.

É claro que os mais fracos entre os trabalhadores e os excluídos em geral são os mais prejudicados pela crise em função do avanço do desemprego e da impossibilidade de se continuar tendo uma política de *welfare state*³ da mesma amplitude de antes, por causa da crise fiscal.

A ideologia neoliberal respalda justamente a política da redução de gastos sociais e do “enxugamento” do Estado. A ausência do Estado na mediação dos

¹ Baharel e Licenciado em Filosofia - UERJ; Formação de Professores / Especialização em Educação Especial – IERJ e atualmente trabalha na Fundação Biblioteca Nacional (FBN), setor de obras Raras.

² Doutrina econômica que defende a liberdade de mercado com restrição à intervenção do governo.

³ Negri, A. e Hardt, M. (2000). *Império*. E.d. Record, São Paulo, 2001. – “Referência às políticas sociais implementadas por Thatcher e Reagan e em alguns países da Europa ocidental / “welfare state”: bem-estar social, assistência social, sustentabilidade, etc...”

implementos da macroeconomia cria condições favoráveis a uma gama de especuladores que se ajustam às medidas do capital internacional, oriundos dos países ricos, na exploração dos países pobres e emergentes.

Muitas vezes o que resulta disto é a compra de empresas estatais por uma bagatela, aliados ao discurso a abertura dos mercados e das economias.

No Brasil, a seqüência das políticas neoliberais, fortemente implementadas no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), ganham contornos “maquiados” na gestão atual de Luís Inácio “Lula” da Silva. Um governo legitimado pela grande maioria da população brasileira. Fez do país foco de destaque em todos os estados democráticos, tal era a “comoção civil”, sem precedentes na história política brasileira. Hoje, porém, a realidade nos dá conta da desmesura e do elevado otimismo das classes trabalhadoras que viam em Lula a resposta de anos de lutas, enfrentamentos e resistências, ao longo de décadas. Lula com uma política de coalizão vem ao seu curso legitimando o mesmo *status quo*⁴ das políticas sociais precedentes.

O neoliberalismo é fundamentalmente uma ideologia característica da crise, que colabora para o aprofundamento desta, porque traz argumentos importantes a favor da retirada do Estado, defendendo inclusive abertamente a necessidade de aumento das desigualdades sociais, encaradas como “criativas”, na medida em que seriam um estímulo ao trabalho - onde a competitividade é a mola propulsora para o fomento do desenvolvimento do indivíduo que muitas vezes sem dominar as técnicas do mundo do trabalho, cada vez mais especializado, vêm-se alijados do processo da produção de bens para si, e para os outros.

Assim, a globalização é um termo que ofusca mais do que ilumina as novas questões acerca das relações sociais nesta dimensão macroeconômica.

Talvez o conceito de pós-modernidade também não seja esclarecedor. Já que não há de fato uma mudança no paradigma do viver social, mas sim, uma agudização e uma radicalização nas formas tradicionais de organização da “sobrevivência” e reprodução das estruturas sociais e econômicas diante de uma ideologia tão perversa.

O que caracteriza a nossa época é um salto tecnológico que é correlato à centralização de capitais.

Com efeito, o setor terciário se agiganta. O ciclo econômico se acelera. A riqueza se avoluma, mas operante somente para os indivíduos e classes em atividades de ponta no processo de produção destas riquezas.

Ao lado do incremento das riquezas e das possibilidades de acesso as mesmas, é inevitável a exploração da massa de excluídos.

⁴ Statu quo (da frase completa *in statu quo res erant ante bellum*) é uma expressão latina que designa o estado atual das coisas, seja em que momento for.

A produção requer menos indivíduos envolvidos, já que a grande massa não tem domínio e nem mão de obra especializada.

O capitalismo apresenta-se mais explicitamente para ilustrar a exclusão, a exemplo dos “privilegiados” que desenvolvem-se em condomínios e em espaços exclusivos das “cidades-guetos.”

De um lado, a moeda brilhante do trabalho e sua liquidez, do outro, a falta de acesso aos meios de produção e a sua solidez.

A onda neoliberal é consequência do fato de que os estados nacionais são obrigados a se submeter às exigências do capital internacional, do capital financeiro, do capital que se globaliza. Para a desgraça sem medida dos que estão na periferia da nova ordem social e do mercado.

Exclusão Social

O paradigma da exclusão social atraiu, a partir de um certo momento, pesquisadores, imprensa e políticos, ocorrendo no debate uma inflação de usos sobre o tema da exclusão.

Fala-se em exclusão social, exclusão econômica, exclusão escolar, exclusão racial, exclusão medicinal, exclusão simbólica, exclusão política, exclusão jurídica e, mais recentemente, exclusão digital, relacionando como excluídos desde os meninos em situação de rua e abandono, os favelados, as mulheres, os pobres, os miseráveis, os soropositivos, os alcoólatras, os homossexuais, os sem-terra, os sem-teto, os mendigos, os loucos, os velhos, as prostitutas, os vagabundos (por hora, creio não ter esquecido as principais categorias).

A desintegração e a falência do Estado neoliberal, característica de um novo paradigma que não pôde sustentar-se, devido à crise de suas estruturas macroeconômicas, apontam na sociedade pós-moderna as situações de exclusões como sendo uma “necessidade”. Que necessidade é essa? Que imposição é esta? A de que voltemos ao estado de anomia⁵?

Este Estado de anomia por certo só aniquila aqueles que não são contemplados pelas “leis”, erigidas dentro do fisiologismo⁶ de suas classes.

A exclusão social não tem sido somente relacionada com a falta de recursos financeiros do Estado, que sem dúvida, arrasta o indivíduo para

⁵ A anomia é um estado de falta de objetivos e perda de identidade, provocado pelas intensas transformações ocorrentes no mundo social moderno. Pode-se entender também como um Estado [território] sem Leis. [conjuntos de normas e práticas que regem os Estados, ditos democráticos.]

⁶ Fisiologismo é um tipo de relação de poder político em que as ações políticas e decisões são tomadas em troca de favores, favorecimentos ...comumente, se dá em classes sociais semelhantes.

situações de desclassificação simbólica e social, mas também a um terceiro fator: **a negação da cidadania**, constituída pelo não acesso aos recursos disponíveis e que priva o indivíduo da sua liberdade individual.

A exclusão não é tão somente uma característica dos países de terceiro mundo, esta vem grassando nos países europeus como também nos Estados Unidos, onde se evidencia uma via dupla: a exclusão social não apenas decorrentes de problemas socioeconomicos, mas também socioculturais.

A noção de *underclass*⁷, *cidadão de segunda ordem* e outros congêneres teve inspiração behaviorista. A descrição configura o processo de “guetização” – local de classe de inaptos, constituídos de delinqüentes, drogados, ladrões, desempregados, etc.

Nas sociedades capitalistas os indivíduos são qualificados pela meritocracia⁸, em função de uma ética fundada no trabalho (vontade pessoal): cada um ocupa o lugar que merece (os que estão no alto são os que merecem, os que estão embaixo, os que desmerecem). Nesta perspectiva, a categoria dita “inaptos” desconhece valores tradicionais como trabalho, dinheiro, educação, família, sendo vítimas ou responsáveis pela criminalidade. Figurando em artigos da grande imprensa, estes excluídos são classificados sumariamente. Avaliados pelos órgãos e instituições penais, eclesiásticas e por boa parte da opinião pública.

O que torna ainda mais preocupante é que a exclusão social parece assimilada de forma “condicional” pelos excluídos em suas diversas categorias, levando-os a uma “resignação” (isto quando não ganha o contorno da violência contra tudo e contra todos), e a viverem com cidadãos de segunda ordem, sem exercer sua cidadania plena, sem direitos, bem a contento das práticas políticas neoliberais. O que sabemos por hora, é que a exclusão social é o item favorito dos assistencialistas de plantão, que com dosagens do chamado “politicamente correto” estabelecem uma cultura ornamental do acesso!

A questão é problematizarmos quem somos nesta rede, quais são os micropoderes que podemos por à resistência. Ter fato direito e exercício à cidadania plena. A construção desta história é já!

⁷ Underclass [ingl.] – diz-se de cidadãos de segunda ordem, ou seja, aqueles que não estão nos processos de segmentação da Sociedade – à margem.

⁸ Meritocracia (do latim mereo, merecer, obter) é a forma de governo baseado no mérito.

PARA SABER MAIS:

ARENDDT, Hanna. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

COUTINHO, Carlos Nélon. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: O Estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional* (1993). Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____ *A escritura e a diferença*. (1967). 2ª Edição. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995. Coleção Debates

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre a facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. vol.1

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas*. DEBATE CRESS-CE. Fortaleza, 1997.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Trad. J.C. Bruni, Col. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1987.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michel. *Império*. E.d. Record, São Paulo, 2001.